



Ata da 330ª, trecentésima trigésima, reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em vinte e oito de junho de dois mil e vinte e dois. Nesta data reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPMJ de forma remota utilizando-se o link Google Meet em atendimento às determinações legais de prevenção à Covid-19, sob o comando da presidente interina Fabíola de Melo Silva. Presentes à reunião os conselheiros Adriana Cristina de Souza Faria, Braulio Elieser Santos da Silva, Carlos Alberto Abreu dos Santos, Carlos Augusto Zani, Danielle de Paula, Dayane Lisboa Azevedo, Lucieni Cristina Galvão Lázaro, Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo, Renata Ramos Vieira, Reynaldo Bueno Prianti Neto, Rosimeire Godoy de Lima, Sueli da Silva Alves da Cruz e Victor Adriano Vieira Silva. Ausentes: José Ricardo Vinhas, (Justificado) e Evandro Paulino de Araújo (Justificado). Também participaram da reunião a Diretora do Departamento de Benefícios Sandra Pereira Rossi, o advogado do IPMJ Dr. Francisco e o assessor da presidência Luís Gustavo Ferreira Bonacina. A reunião teve início às 9h08, e foi conduzida pela presidente interina Fabíola, que após os cumprimentos de praxe, explicou que a presidente Rossana está em período de férias, após os esclarecimentos, anunciou a pauta do dia conforme a convocação, assim, seguiu-se a pauta: 1- Aprovação das Atas 150ª Reunião Extraordinária e da 329ª Reunião Ordinária. A assessora Fabíola comunicou que a ata foi encaminhada por e-mail com antecedência aos conselheiros para análise. Aberta a votação, não houve alterações e a ata que foi aprovada sem emendas por unanimidade. 2- Finanças (Investimentos, Aprovação do Balancete Maio/2022). O balancete do mês de Maio/2022 foi disponibilizado aos conselheiros por e-mail para análise. A apresentação foi iniciada pelas Receitas Orçamentárias, esclarecendo a assessora Fabíola que a Prefeitura, SAAE, Fundação Cultural, Câmara Municipal e Regulação repassaram as contribuições dos servidores referente a folha competência de abril, e o IPMJ referente a competência de Maio, que totalizou o valor de R\$ 1.914.327,07 (um milhão, novecentos e quatorze mil, trezentos e vinte e sete reais e sete centavos), com um acumulado de R\$ 11.028.137,81 (onze milhões, vinte e oito mil, cento e trinta e sete reais e oitenta e um centavos), lembrando que a alíquota dos servidores é de 14%. Referente aos acordos de parcelamentos de servidores foi aferido o valor de R\$ 21.482,61 (vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos), acumulando o valor de R\$ 94.785,67 (noventa e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) referente a dois acordos de parcelamento ativos. Foram apresentados os valores lançados como Receita patrimonial (rendimentos reconhecidos orçamentariamente sempre que há movimentação na carteira de investimento – renda fixa, variável, investimentos no exterior ou juros de títulos públicos); registrou as seguintes movimentações: fundos de renda fixa – R\$ 352.153,43 (trezentos e cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e três reais, quarenta e três centavos), desta forma a renda fixa acumulou o montante de R\$ 2.738.422,31 (dois milhões, setecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos) informando que não houve no mês de maio resgate de renda variável. Apresentou que houve a entrada de cupom de juros de títulos públicos com vencimento ímpar, somando o valor de R\$ 2.634.434,71 (dois milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta e um



centavos), apresentando um acumulado no ano de R\$ 5.051.339,90 (cinco milhões, cinquenta e um mil, trezentos e trinta e nove reais e noventa centavos). Totalizando de receita patrimonial no mês de R\$ 2.986.588,14 (dois milhões, novecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e quatorze centavos) com um acumulado no valor R\$ 10.600.004,94 (dez milhões, seiscentos mil, quatro reais e noventa centavos), explicando que estas movimentações se referem a valores que já fazem parte o patrimônio do instituto. Em decorrência das baixas referente a falecimentos, foi registrado o valor de R\$ 973,88 (novecentos e setenta e três reais e oitenta e oito centavos) referente a devolução de benefício, gerando um acumulado de R\$ 620.451,93 (seiscentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e três centavos), tendo explicado que o valor é expressivo devido ao repasse que ocorreu no mês de janeiro referente ao auxílio doença e salário família, como explicado no mês de fevereiro. Quanto ao COMPREV (compensação previdenciária) no mês, o repasse foi de R\$ 520.120,79 (quinhentos e vinte mil, centro e vinte reais e setenta e nove centavos), totalizando um acumulado de R\$ 2.516.268,69 (dois milhões, quinhentos e dezesseis, duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos). Destacou ainda o registro dos honorários advocatícios e outras receitas correntes do IPMJ, apresentando também as receitas intraorçamentárias destacou a contribuição patronal paga por todos os órgãos em dia no valor de R\$ 2.125.478,63 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos), com acumulado de R\$ 11.789.603,77 (onze milhões, setecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e três reais e setenta e sete centavos), a assessora observou o repasse refere-se à contribuição patronal de 16% de alíquota. Quanto a contribuição previdenciária em relação aos acordos de parcelamentos, destacou que a Prefeitura executou os pagamentos previstos, sendo registrado o valor de R\$ 1.506.055,82 (um milhão, quinhentos e seis mil, cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), gerando um acumulado de R\$ 7.302.642,15 (sete milhões, trezentos e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quinze centavos). o Conselheiro Victor questionou se haverá alteração quanto aos valores dos acordos de parcelamento, considerando a reforma previdenciária municipal aprovada recentemente, sendo respondido, que não haverá continuidade destes parcelamentos, considerando que estes serão reparcelados, exceto um que está sendo verificado, conforme a emenda 113/21, explicando como será o reparcelamento. A conselheira Adriana questionou como será adotada a decisão quanto ao reparcelamento do último parcelamento de 60 meses (Parcelamento 268/2021), sendo respondido, que a decisão será adotada pelo executivo que é o devedor, considerando que qualquer débito pode ser reparcelado, acrescentando o advogado Francisco Caluza que o reparcelamento representa uma garantia do cálculo atuarial considerando o cálculo do reparcelamento, assim como, o recebimento do valor atualizado, no mínimo, de acordo com a meta atuarial.. Explicou que no mês de abril ocorreu a alteração da alíquota suplementar conforme previsto na lei 5307/2008 (instituiu o plano de custeio do IPMJ) sendo a nova alíquota de 18,01%, totalizando no mês R\$ 2.392.491,79 (dois milhões, trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos), acumulando o valor de R\$ 11.703.746,79 (onze milhões, setecentos e três mil, setecentos e quarenta



e seis reais e setenta e nove centavos), encerrando-se as receitas com um acumulado de Maio/22 de R\$ 11.469.994,51 (onze milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos), com um acumulado no ano de R\$ 55.719.584,88 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e dezenove mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos). Das receitas extra orçamentárias destacou que se tratam de valores retidos para repasse aos destinatários posteriormente. Das despesas orçamentárias explicou que estas são dispostas em empenhado, liquidado, pago e a pagar; destacou as previdenciárias (aposentadorias, pensões e PASESP), explicando sobre o desconto do repasse do Comprev, e sobre o PASEP mobiliário. Apresentou as despesas administrativas, esclarecendo que estas são retenções para o pagamento de pessoal e seus encargos, manutenção administrativa, predial e veicular, e outras despesas judiciais, encerrando o mês com o total de despesa empenhadas de R\$ 10.226.097,33 (dez milhões, duzentos e vinte e seis mil, noventa e sete reais e trinta e três centavos), acumulando o valor de R\$ 49.321.169,96 (quarenta nove milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos). Em seguida destacou o resumo do balanço financeiro com os dados financeiros e patrimoniais, conforme as normas contábeis. Apresentou o Extrato da Movimentação das Disponibilidades de Recurso, descrevendo os registros dos resgastes e aplicações ocorridos no período, totalizando R\$ 583.154.236,55 (quinhentos e oitenta e três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), representando a parte financeira da carteira do instituto, que também é composta pela parte de rendimentos, que é lançada contabilmente como patrimônio, podendo ser verificado no extrato uma maior saída de valores que entradas. No Relatório Despesa Paga por Tipo de Despesa, que foi conferido pelo conselho fiscal que verifica as despesas, as notas de pagamento, e a utilização de cada item, verificou-se de forma resumida tudo que foi registrado no relatório, totalizando R\$ 9.517.158,29 (nove milhões, quinhentos e dezessete mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos). Observou-se o relatório quanto a taxa de administração e a execução orçamentária, as receitas previdenciárias e administrativas, as despesas previdenciárias empenhadas e as administrativas empenhadas, o resultado financeiro, destacando a reserva de valor para a construção da nova sede do instituto, informando por fim, que a carteira de investimentos do instituto encerrou o mês com o valor de R\$ 627.717.350,33 (seiscentos e vinte sete milhões, setecentos e dezessete mil, trezentos e cinquenta reais e trinta e três centavos), com um patrimônio do instituto no valor de R\$ R\$ 638.382.480,57 (seiscentos e trinta e oito milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos). Destacou por fim o envio do parecer e da ata do Conselho Fiscal e CAIF, informando a importância do conhecimento destes documentos. O assessor Luiz deu continuidade a apresentação expondo o relatório de investimentos mensais do instituto, destacando as dificuldades do mercado financeiro, apresentando como cenário: o recuo do desemprego apontado pelo IBGE, a Guerra da Ucrânia e suas consequências, eventual privatização da Petrobras e a mudança de presidente da estatal, situações que influenciaram na queda da bolsa de valores, além da leve

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



desaceleração do IPCA, que representou uma boa notícia para os investidores, entretanto o COPOM aumentou a taxa de juros, sendo a inflação uma preocupação global, Também apontou a conduta da China frente a COVID, que tem influenciado no mercado financeiro. Afirmou que o rendimento no mês foram: renda fixa ficou em 1,10%, renda variável não foi negativo ficando em 1,56%, exterior ficou em -6,90%, totalizando 2,13%, registrando que o desempenho da carteira do instituto foi tímido ficando em 0,56%. O assessor apresentou a distribuição do patrimônio em porcentagem conforme o enquadramento da resolução 4963/2021, destacando que o instituto sempre está abaixo dos limites determinados pela legislação. Foi apresentado um gráfico demonstrando a locação por tipo de ativo apresentando a justificativa de que os investimentos estão bem distribuídos. Quanto ao investimento no fundo PATRIA SPECIAL OPPORTUNITED expressou que o fundo ainda apresenta problemas quanto a rentabilidade considerando que foi aplicado no fundo R\$ 2.823.363,14 (dois milhões, oitocentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta e três reais e quatorze centavos) com um rendimento negativo de R\$ 2.808.160,32 (dois milhões, oitocentos e oito mil, cento e sessenta reais e trinta e dois centavos) permanecendo o saldo de apenas R\$ R\$ 15.202,25 (quinze mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos). Apresentou o patrimônio por gestor, sendo possível observar que os títulos públicos apresentam maior porcentagem de investimento, e os demais investimento. Apresentou posteriormente o relatório anual de investimentos do ano de 2021, apresentando inicialmente o cenário econômico no Brasil e no mundo, e outras consequências para a econômica com a COVID e demais fatores no mundo. Apresentou a rentabilidade dos índices, a rentabilidade da carteira, frente a meta atuarial, os riscos e a liquidez da carteira, a distribuição dos recursos com a demonstração gráfica, alocação por carteira e o detalhamento das aplicações por seguimento, além do orçamento por gestor e o fluxo de caixa, sendo que todas as informações foram detalhadas no relatório. Encerrada a apresentação foi aberta a votação, sendo os relatórios de execução orçamentaria, finanças e investimentos aprovados por unanimidade. 3- Aprovação dos expedientes de Aposentadorias/Pensões. A diretora de benefícios Sandra informou que foram enviados por e-mail aos conselheiros dezesseis expedientes de concessão de benefícios para análise, sendo: treze aposentadorias e três pensões, não havendo manifestações. A Sra. Sandra anunciou os beneficiados, a saber: Aposentadorias: Josany Honorio, Selma Maria Americano Branco, Maria Cecilia Marson dos Santos, Theresa Christina Castello Branco Ferreira da Rocha, Regina Célia Vanzella, Magda Lucia Benedetti Simão, Daniel Lino França, Camilo Batista Cardoso, Andrea Ramos de Siqueira, Jair da Silva Neto, Walter Gomes da Costa, Maria de Lourdes Lima Carvalho, Regina Célia Ribeiro Faggionato dos Santos; Pensões: Feliciano José Raymundo - Beneficiário: Bianca Sant'anna Fortes Santos; José Geraldo Batista - Beneficiário: Eva Felipe Batista e Heleno Carvalho Nogueira - Beneficiário: Edith Aparecida Francisco Nogueira. A Conselheira Danielle questionou a porcentagem de plano de carreira da servidora Regina Célia R. Faggionato, sendo respondido pela Sra. Sandra, quando há divergência nos períodos, o servidor solicita revisão que é analisada pelo instituto. A Conselheira questionou ainda quanto o comprovante de sexta parte do servidor



Walter, sendo respondido que tem ocorrido a concessão do benefício sem a publicação em boletim oficial, sendo juntada uma declaração do setor de recursos humanos, devido a uma falha do setor, esclarecendo que o instituto tem requerido que ocorra a publicação mesmo que tardia, para evitar questionamentos do Tribunal de Contas. Aberta a votação todos se manifestaram favoráveis a aprovação, sem nenhuma rejeição. 5- Informes: a) Auditoria do Tribunal de Contas, resultado do recurso contra a reprovação das constas do IPMJ do ano de 2018 (Processo nº PC 2664/989/18), os apontamentos eram quanto a qualificação dos conselheiros, tendo o Tribunal de Contas acolhido o recurso do IPMJ, esclarecendo que o instituto apontou que a legislação não exigia formação universitária dos conselheiros, entretanto, restou uma orientação quanto a necessidade de atender a qualificação/certificação dos conselheiros, outro apontamento, foi quanto ao crescimento do déficit atuarial, com adequação a reforma previdenciária, assim as contas foram aprovadas; b) auditoria da Secretaria de Previdência, que inicialmente fez 30 questionamento, restando por fim apenas um apontamento quanto a alíquota suplementar, que por conta da noventena aplicou-se em abril, sendo entendimento da Secretaria de Previdência que deveria ocorrer anualmente em janeiro, e não em 12 meses, como é aplicado pelo instituto, restando assim uma notificação que já foi impugnada pela prefeitura, aguardando manifestação da Secretaria de Previdência. A Conselheira Danielle apresentou questionamento quanto a aplicação do RPC e o retorno das reuniões presenciais, sendo respondido pelo advogado Dr. Caluza que já foi feito o processo de seleção da empresa que será a gestora da previdência complementar, sendo a vencedora a empresa Icatú, estando na fase de ajuste do convênio de adesão, quanto as reuniões presenciais a Assessora Fabíola afirmou que o conselho deliberativo é o maior conselho do instituto, e por este motivo adotou-se medidas de maior distanciamento neste caso, devido a pandemia de COVID 19, acrescentando que a presidente Rossana deverá decidir quando retornar de férias, destacando que sempre a decisão foi adotada em conjunto com o conselho deliberativo em votação. A diretora Sandra sugeriu que os conselheiros se manifestem no chat quanto a intenção da reunião presencial para posterior análise pela presidente. A Conselheira Danielle questionou o uso do terreno do instituto em eventos que ocorrem no pátio dos trilhos, sendo respondido que ocorreu a cessão a Secretaria de Saúde, e que já encerrou, não havendo outros termos de cessão após este período, a conselheira informou que foi procurada por servidores que relataram que no dia 19/06 houve a utilização em um evento, sendo complementado pelo Dr Caluza que será verificada a colocação. A assessora Fabíola repassou o questionamento do conselheiro Carlão quanto a locação do imóvel, sendo respondido pelo Dr Caluza que há muitas restrições quanto a esta situação. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 10h59. Eu, Adriana Cristina de Souza Faria secretária _____, lavrei a presente ata a qual será assinada pela presidente interina e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, vinte e oito de junho de dois mil e vinte e dois. *****

PRESIDENTE INTERINA



Fabiola de Melo Silva	<u>Fabiola M. Silva</u>
CONSELHEIROS	
Adriana Cristina de Souza Faria	<u>[Signature]</u>
Danielle de Paula	<u>Danielle Paula</u>
Bráulio Elieser Santos da Silva	<u>[Signature]</u>
Carlos Augusto Zani	<u>[Signature]</u>
Carlos Alberto Abreu dos Santos	<u>[Signature]</u>
Dayane Lisboa Azevedo	<u>Dayane Lisboa Azevedo</u>
Lucieni Cristina Galvão Lázaro	<u>[Signature]</u>
Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo	<u>[Signature]</u>
Renata Ramos Vieira	<u>[Signature]</u>
Rosimeire Godoy de Lima	<u>Rosimeire Godoy de L.</u>
Reynaldo Bueno Prianti Neto	<u>[Signature]</u>
Sueli da Silva Alves	<u>[Signature]</u>
Victor Adriano Vieira Silva	<u>[Signature]</u>